



# COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

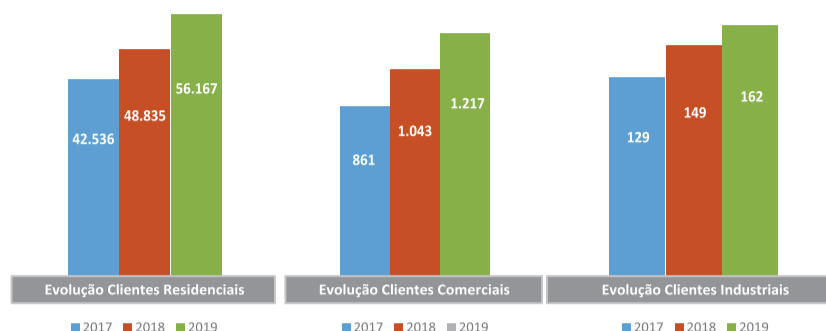
AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940 - 13º ANDAR  
PORTO ALEGRE - RS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.000.033.104



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

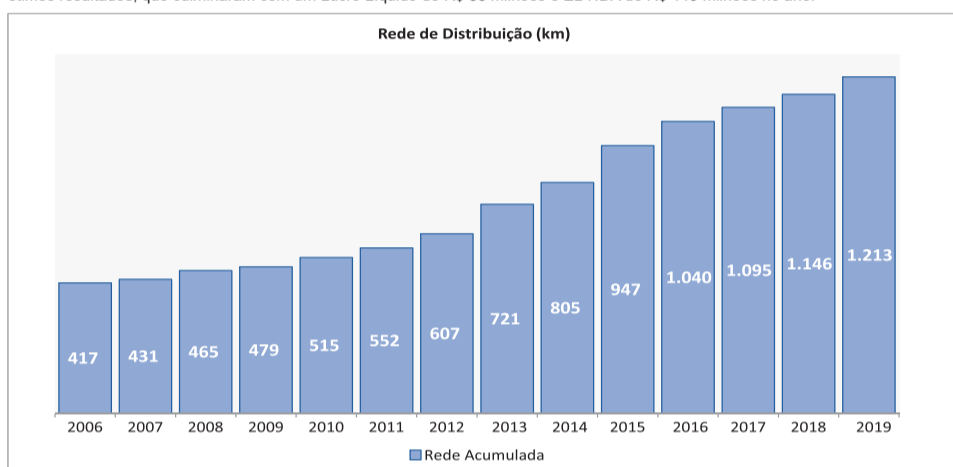
A Diretoria Executiva da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás, no cumprimento de disposições legais e estatutárias, apresenta à Assembleia Geral Ordinária, após parecer do Conselho Fiscal e ouvido o Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras previstas em Lei relativas ao exercício findo em 31/12/2019, destacando também os eventos operacionais, financeiros e administrativos mais significativos de 2019. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações. A Sulgás é uma sociedade de economia mista, criada em 1993, autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração dos serviços locais de gás canalizado no Estado pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem como acionistas o Estado do Rio Grande do Sul e a Petrobras Gás S/A - Gaspetro, sendo a composição acionária de 51% Estado e 49% Gaspetro. Tem por objetivo execução de serviços relativos à distribuição, comercialização de gás e/ou subprodutos e derivados e o desenvolvimento de atividades correlatas. Sua carteira de clientes é formada pelos segmentos industrial, cogeração, veicular, comercial, geração de ponta / cogeração / climatização, residencial e termoeletrico. A carteira de clientes da Sulgás cresceu 15% em 2019 com a entrada em operação de 7.527 novos clientes, finalizando o ano em 57.665 clientes ligados a rede de distribuição de gás. Destaque para os segmentos residencial e comercial, os quais registraram, respectivamente, incremento de 7.332 e 174 unidades. Neste ano, o aumento do volume de gás distribuído foi da ordem de 5,0%, se elevando de 2,10 milhões m³/dia para 2,21 milhões m³/dia, refletindo o aumento de consumo em todos os segmentos, em especial nos segmentos veicular, industrial e cogeração. Dentre os fatores para o crescimento do consumo no segmento veicular, destaca-se o crescimento da frota de carros movidos a gás natural no Estado, chegando a 82 mil unidades ao final de 2019. No segmento industrial, concorreram para o crescimento da demanda o aumento de consumo nos atuais clientes, assim como ingresso de novos clientes no segmento. A performance positiva registra-se também nos demais segmentos, Cogeração/Climatização/Geração (+ 121%), Residencial (+ 12%) e Comercial (+ 9,5%). Tal movimento se alinha à estratégia da empresa de ampliação do atendimento ao mercado de varejo, bem como o desenvolvimento de novas aplicações como a utilização do gás natural para climatização de ambientes, geração de energia elétrica em horário de ponta ou mesmo a cogeração.



A conjugação dos esforços e dedicação das equipes caminharam na direção da excelência, permitindo que a Companhia atingisse ótimos resultados, que culminaram com um Lucro Líquido de R\$ 83 milhões e EBTIDA de R\$ 149 milhões no ano.

CARTEIRA DE CLIENTES	2017	2018	2019
Industrial	129	149	162
Comercial	861	1.043	1.217
Veicular	84	85	89
Residencial	42.536	48.835	56.167
Cogeração PPT	2	2	2
Geração Ponta / Cogeração / Climatização	18	23	27
Geração Elétrica	1	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>43.631</b>	<b>50.138</b>	<b>57.665</b>

Reforçando a importância da companhia como provedora de infraestrutura para o Estado, foram investidos em 2019 R\$ 35 milhões, indicando aumento de 57% em relação ao ano anterior e implantados de 67 km de rede de distribuição, totalizando 1.213 km.



## BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 e 31/12/2018 Em Reais

ATIVO				PASSIVO			
	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2019	31/12/2018		NOTA EXPLICATIVA	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo Circulante</b>		<b>150.416.511,00</b>	<b>159.101.588,50</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>175.970.641,78</b>	<b>156.849.485,56</b>
Disponível		74.574.882,22	75.162.188,05	Fornecedores	NOTA 11	108.831.897,47	103.541.822,67
Caixa e equivalentes de caixa	NOTA 04	74.574.882,22	75.162.188,05	Empréstimos e financiamentos	NOTA 13	22.969.691,23	16.559.739,81
<b>Direitos realizáveis até o exercício seguinte</b>		<b>75.841.628,78</b>	<b>83.939.400,45</b>	Provisão trabalhista e encargos sociais a pagar		3.838.715,03	4.080.062,95
Contas a receber de clientes e outras	NOTA 05	65.325.444,00	71.725.153,26	Impostos a pagar	NOTA 19c	4.307.107,46	3.618.813,54
Estoques	NOTA 06	6.318.590,09	5.661.717,64	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	NOTA 16	19.170.387,77	16.726.506,66
Impostos a recuperar	NOTA 19	2.751.580,79	3.067.018,88	Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	NOTA 25	11.320.438,19	9.154.930,02
Despesas antecipadas	NOTA 07	435.195,95	305.761,77	Direito de uso de arrendamentos - CPC 06	NOTA 28	2.225.544,50	-
Outros ativos	NOTA 08	1.010.817,95	3.179.748,90	Outros passivos	NOTA 12	3.306.860,13	3.167.609,91
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>255.200.882,37</b>	<b>217.147.875,01</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>37.917.106,57</b>	<b>41.934.885,13</b>
Realizável a longo prazo		83.980.277,23	62.066.347,77	Empréstimos e financiamentos	NOTA 13	22.969.691,19	33.119.479,71
Contas a receber de clientes e outras	NOTA 05	728.073,60	-	Provisão para contingências	NOTA 20	777.712,39	377.859,54
Impostos diferidos ativos	NOTA 19a	1.647.654,14	2.648.283,49	Direito de uso de arrendamentos - CPC 06	NOTA 28	6.065.218,85	-
Impostos a recuperar	NOTA 19b	9.988.265,60	7.951.337,80	Tributos e contribuições diferidos	NOTA 19c	8.104.484,14	8.437.545,88
Depósitos judiciais		1.091.735,11	1.447.859,27	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>191.729.645,02</b>	<b>177.465.092,82</b>
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	NOTA 25	42.627.255,62	44.529.297,31	<b>Capital Social</b>		<b>81.186.711,84</b>	<b>81.186.711,84</b>
Garantia BNDES	NOTA 09	27.843.513,61	5.435.790,35	Capital subscrito e integralizado	NOTA 15	81.186.711,84	81.186.711,84
Outros ativos		53.779,55	53.779,55	<b>Reserva de Lucros</b>		<b>53.031.769,88</b>	<b>46.098.860,99</b>
<b>Investimentos</b>		<b>13.772,40</b>	<b>13.772,40</b>	Reserva legal	NOTA 15	16.237.342,37	16.237.342,37
Investimentos		13.772,40	13.772,40	Reserva estatutária	NOTA 15	29.861.518,62	29.861.518,62
<b>Intangível</b>	NOTA 10	<b>171.206.832,74</b>	<b>155.067.754,84</b>	Reserva de lucros a realizar	NOTA 15	6.932.908,89	-
Imobilizado da concessão - direito de uso - CPC 06		9.819.638,51	-	<b>Dividendos à disposição da assembleia</b>		<b>57.511.163,30</b>	<b>50.179.519,99</b>
Imobilizado da concessão - terrenos		-	147.400,00	Dividendos adicionais propostos	NOTA 16	57.511.163,30	50.179.519,99
Imobilizado da concessão - equipamentos e instalações operacionais		397.955.252,15	368.468.587,01	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>405.617.393,37</b>	<b>376.249.463,51</b>
Imobilizado da concessão - equipamentos e instalações de escritório		4.395.677,21	3.961.825,15	AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
Imobilizado da concessão - equipamentos para processamento de dados		13.142.397,31	10.178.887,07				
Imobilizado da concessão - pesquisa e desenvolvimento		221.720,61	221.720,61				
Imobilizado da concessão em andamento		11.954.386,85	10.416.076,28				
(-) Amortização acumulada		(266.282.239,90)	(238.326.741,28)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>405.617.393,37</b>	<b>376.249.463,51</b>				
AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS							

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 e 31/12/2018 Em Reais

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receita líquida - venda de gás e serviços</b>	NOTA 17	<b>898.710.338,54</b>	<b>745.504.657,81</b>
<b>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</b>	NOTA 22	<b>(714.456.178,13)</b>	<b>(613.821.678,72)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>184.254.160,41</b>	<b>131.682.979,09</b>
<b>Despesas e receitas operacionais</b>		<b>(65.237.596,42)</b>	<b>(53.144.931,86)</b>
Despesas comerciais	NOTA 22	(19.685.456,00)	(11.051.514,11)
Despesas gerais administrativas	NOTA 22	(55.003.313,21)	(56.367.840,73)
Outras despesas e receitas operacionais		9.451.172,79	14.274.422,98
Receita de construção - CPC 17	NOTA 27	34.852.107,69	22.060.529,51
Custos de construção - CPC 17	NOTA 27	(34.852.107,69)	(22.060.529,51)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>119.016.563,99</b>	<b>78.538.047,23</b>
Receitas financeiras	NOTA 23	7.249.901,00	27.896.129,86
Despesas financeiras	NOTA 23	(4.299.935,63)	(6.953.831,60)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>121.966.529,36</b>	<b>99.480.345,49</b>
IRPJ/CSLL	NOTA 19d	(38.580.566,88)	(17.603.936,08)
IRPJ/CSLL diferidos	NOTA 19d	(667.567,61)	(8.523.345,98)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>82.718.394,87</b>	<b>73.353.063,43</b>
Lucro por ação de capital social		3,84	3,40
AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 e 31/12/2018 Em Reais

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício		82.718.394,87	73.353.063,43
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	NOTA 2C	<b>82.718.394,87</b>	<b>73.353.063,43</b>
Atribuível ao sócio Estado do Rio Grande do Sul - 51%		42.186.381,38	37.410.062,35
Atribuível ao sócio Petrobrás - 49%		40.532.013,49	35.943.001,08
AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 e 31/12/2018 Em Reais

	31/12/2019	31/12/2018
<b>1 - Receitas</b>		
1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços	1.155.233.421,39	957.494.359,59
1.2. Devoluções e descontos de venda	(12.477.692,22)	(10.110.959,89)
1.3. Outras receitas operacionais	4.717.695,87	13.286.399,07
1.4. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	3.342.880,33	(163.114,36)
<b>2 - Insumos adquiridos de terceiros</b>		
2.1. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	863.669.115,56	737.919.857,48
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	37.850.222,37	34.084.446,84
<b>3 - Retenções</b>		
3.1. Amortizações	28.372.922,44	25.437.264,08
<b>4 - Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>220.924.045,00</b>	<b>163.065.116,01</b>
<b>5 - Valor adicionado recebido em transferência</b>		
5.1. Receitas financeiras	7.249.901,00	27.896.129,86
<b>6 - Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>228.173.946,00</b>	<b>190.961.245,87</b>
<b>7 - Distribuição do valor adicionado</b>	<b>228.173.946,00</b>	<b>190.961.245,87</b>
7.1. Pessoal		
Remuneração direta	24.370.584,16	24.378.078,08
Benefícios	8.167.900,15	7.708.219,40
FGTS	1.529.767,25	1.499.917,78
7.2. Impostos, taxas e contribuições		
Federais	69.012.624,91	51.894.011,84
Estaduais	36.096.742,72	25.179.421,49
Municipais	65.420,37	64.020,60
7.3. Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	3.968.983,42	5.004.134,62
Aluguéis	2.243.528,15	1.880.378,63
7.4. Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre o capital próprio	6.036.843,80	6.447.036,78
Dividendos mínimo obrigatório	19.170.387,77	16.726.506,66
Dividendos adicionais propostos	57.511.163,30	50.179.519,99
AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		



**COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS**

AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940 - 13º ANDAR  
PORTO ALEGRE - RS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.000.033.104



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 E 31/12/2018 Em Reais**

EVENTOS	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS				LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA ESTUTÁRIA	RESERVA LUCROS A REALIZAR	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO		
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>		81.186.711,84	16.237.342,37	29.861.518,62	-	48.532.776,40	-	175.818.349,23
Dividendos adicionais aprovados						(48.532.776,40)		(48.532.776,40)
Lucro líquido do exercício							73.353.063,43	73.353.063,43
<b>Destinações do lucro líquido do exercício:</b>								
Dividendos obrigatórios							(16.726.506,66)	(16.726.506,66)
Dividendo adicional sujeito a aprovação						50.179.519,99	(50.179.519,99)	-
Juros sobre o capital próprio							(6.447.036,78)	(6.447.036,78)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>		81.186.711,84	16.237.342,37	29.861.518,62	-	50.179.519,99	-	177.465.092,82
Dividendos adicionais aprovados						(43.246.611,10)		(43.246.611,10)
Lucro líquido do exercício							82.718.394,87	82.718.394,87
<b>Destinações do lucro líquido do exercício:</b>								
Reserva de lucros a realizar	Nota 15				6.932.908,89	(6.932.908,89)	-	-
Dividendos obrigatórios	Nota 16						(19.170.387,77)	(19.170.387,77)
Dividendo adicional sujeito a aprovação	Nota 16						(57.511.163,30)	-
Juros sobre o capital próprio	Nota 16						(6.036.843,80)	(6.036.843,80)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>		81.186.711,84	16.237.342,37	29.861.518,62	6.932.908,89	57.511.163,30	-	191.729.645,02

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO Em Reais**

**1) Contexto operacional**  
A Companhia é uma sociedade de economia mista (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul por prazo de 50 (cinquenta) anos conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem por objetivo executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás natural e seus subprodutos e derivados, de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais. Poderá, subsidiariamente, efetuar a aquisição, montagem e eventual fabricação de equipamentos e componentes, otimizando o uso do gás natural e seus subprodutos e derivados, bem como executar os serviços. Atende consumidores dos setores industrial, cogeração, veicular, comercial, residencial e termoeletrico.

**2) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**  
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

**a. Moeda funcional e moeda de apresentação**  
Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

**b. Uso de estimativas e julgamentos**  
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com os CPC's exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos, referentes às políticas contábeis adotadas, apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:  
• Nota 5 - Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa  
• Nota 10 - Intangíveis  
• Nota 20 - Provisões para contingências

**c. Demonstração do resultado abrangente**  
Na demonstração do resultado abrangente não há valores a serem expostos sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao abrangente total.

**3) Resumo das principais políticas contábeis**

**a. Resultado das operações**  
O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

**• Venda de gás**  
A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda de gás é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

**• Receitas e custos de construção**  
A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso é obrigatório o registro das receitas e custos de construção.  
A Sulgás não tem a construção de gasodutos como atividade fim nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem a melhor proposta para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural apresenta-se integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão para a Sulgás. Assim, em virtude do descrito acima, a companhia registrou receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.  
O IFRS 15 (CPC 47) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R1)) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018. De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de realizar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Os Administradores da Companhia avaliaram as principais fontes de receita da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes. Nesse sentido, a Administração da entidade não identificou impactos significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho nas operações da Companhia.

**b. Receitas financeiras e despesas financeiras**  
As receitas financeiras abrangem rendimentos sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**c. Moeda estrangeira**  
Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

**d. Caixa e Equivalentes de Caixa**  
Estão representadas por depósitos em conta corrente e as aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

**e. Redução ao valor recuperável (impairment)**  
A administração da Companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

**f. Instrumentos financeiros não derivativos**  
A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.  
A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>82.718.394,87</b>	<b>73.353.063,43</b>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(3.342.880,33)	163.114,36
Provisões cíveis e trabalhistas	399.852,85	(415.467,59)
Amortização	28.372.922,44	25.437.264,08
<b>108.148.289,83</b>	<b>98.537.974,28</b>	
<b>Ativos operacionais - (aumento) redução e passivos operacionais - (redução) aumento</b>		
Redução (aumento) de contas a receber de clientes e outras	8.614.663,14	(19.503.025,12)
(Aumento) de estoques	(656.872,45)	(225.219,06)
(Aumento) de outros ativos	(21.059.194,23)	(8.951.841,65)
Aumento de fornecedores	5.290.074,80	36.135.304,51
Aumento de outros passivos	46.056.193,46	34.795.670,17
Imposto de renda e contribuição social pagos	(39.268.714,54)	(28.380.466,05)
Juros pagos	(3.968.983,42)	(5.004.134,62)
Juros recebidos	699.398,07	1.111.602,65
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>103.854.854,66</b>	<b>108.515.865,11</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de intangível	(34.693.076,72)	(22.060.529,51)
Reversão de baixa de intangível	-	(14.102,55)
Baixa de intangível	714,89	3.869,74
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(34.692.361,83)</b>	<b>(22.070.762,32)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos	(59.973.117,76)	(64.710.368,54)
Juros sobre o capital próprio	(6.036.843,80)	(6.447.036,78)
Recebimento/amortizações de empréstimo	(3.739.837,10)	(16.358.998,94)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(69.749.798,66)</b>	<b>(87.516.404,26)</b>
<b>(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(587.305,83)</b>	<b>(1.071.301,47)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	75.162.188,05	76.233.489,52
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	74.574.882,22	75.162.188,05

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Caixa e equivalentes de caixa**  
Abrangem os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata junto à instituição emitente, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

**Empréstimos e recebíveis**  
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.  
Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativos financeiros de concessão e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

**Contas a receber de clientes**  
As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são constituídas quando identificados consumidores inadimplentes ou com pedido de recuperação judicial ou falência. A Companhia impetra ações administrativas e judiciais contra os consumidores nessa situação, sendo o fornecimento de gás interrompido se necessário.

**Passivos financeiros não derivativos**  
A Companhia reconhece outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.  
A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.  
A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações especiais e outras contas a pagar.

**Capital Social**  
As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

**g. Instrumentos Financeiros Derivativos**  
A companhia não operou com instrumentos derivativos nos exercícios findos de 2019 e 2018.

**h. Intangível**  
A Sulgás possui Contrato de Concessão com o Estado do Rio Grande do Sul com prazo de 50 anos a contar de 19/04/1994. O contrato prevê que todos os bens da Companhia (Concessionária) serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato, sendo que o Concedente indenizará a Companhia sobre os investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão (atualizados monetariamente).

**i. Estoques**  
Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.  
Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.  
A partir de 31/12/2017, a Companhia passou a registrar Estoque de Gás Natural, conforme nota 6.

**j. Benefícios a empregados**  
A empresa apresenta uma série de benefícios aos empregados, bem como plano de contribuição definida conforme explicado na nota 14.

**l. Investimentos**  
Os investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisões para desvalorização, quando aplicável.

**m. Imposto de renda e contribuição Social**  
Foram provisionados com base na legislação atual, sendo o Imposto de Renda com base nas alíquotas de 15% mais 10% sobre adicional e a Contribuição Social com base de 9% sobre o lucro real, conforme demonstramos na nota 19.

**n. Estimativas contábeis**  
As estimativas contábeis foram baseadas em fatores direta ou indiretamente observáveis, baseados no entendimento da administração sobre a mensuração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos com



## COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940 - 13º ANDAR  
PORTO ALEGRE - RS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.000.033.104



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

devedores duvidosos, bem como provisões para imposto de renda/contribuição social e contingências são constituídas por valores considerados suficientes pela Administração. A liquidação/ocorrência das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente.

### o. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, aplicável às companhias abertas. Para as companhias de capital fechado, como é o caso da Sulgás, representam informação financeira adicional. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, sendo parte complementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos constantes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a amortização), e o valor adicionado de receitas financeiras e outras receitas. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### 4) Caixas e equivalentes de caixas

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	19.395,90	105.791,02
Banco conta movimento	1.865.028,67	1.508.955,82
Aplicações financeiras	72.690.457,65	73.547.441,21
<b>TOTAL</b>	<b>74.574.882,22</b>	<b>75.162.188,05</b>

As aplicações financeiras foram realizadas no mercado de renda fixa (CDI) com taxa anual de aproximadamente 5,96%.

### 5) Contas a receber de clientes e PECLD

#### a) Contas a receber de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
BRASKEM S.A.	12.382.958,38	13.964.850,54
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.	7.060.710,06	7.042.399,81
RAIZEN Combustíveis S.A.	4.570.365,61	4.452.056,52
CMPC - Celulose Riograndense LTDA.	4.559.014,18	9.352.833,22
IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A.	4.439.224,92	3.059.060,50
SOLAE do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos LTDA.	2.088.349,38	1.444.371,60
PETROBRAS Distribuidora S.A.	1.870.244,15	2.092.947,22
Hospital da ULBRA	1.825.093,19	0,00
OXITENO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	1.697.684,48	1.091.887,44
SAINT GOBAIN Vidros S.A.	1.688.877,57	1.148.769,87
Outros	27.211.251,30	32.786.914,59
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.068.329,22)	(4.710.938,05)
<b>TOTAL</b>	<b>65.325.444,00</b>	<b>71.725.153,26</b>

#### Parcelamento de clientes de longo prazo

	31/12/2019	31/12/2018
Parcelamentos de clientes	728.073,60	2.700.271,50
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	(2.700.271,50)
<b>TOTAL</b>	<b>728.073,60</b>	<b>0,00</b>

#### TOTAL do contas a receber

	31/12/2019	31/12/2018
<b>TOTAL do contas a receber</b>	<b>66.053.517,60</b>	<b>71.725.153,26</b>

#### Detalhe - clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Vencidas até 30 dias	1.338.735,87	8.792.484,38
De 31 a 60 dias	779.479,47	137.758,14
De 61 a 90 dias	612.486,32	363.264,42
Mais de 90 dias	10.696.670,27	12.256.580,06
<b>Cientes vencidos</b>	<b>13.427.371,93</b>	<b>21.550.087,00</b>

#### A Vencer até 30 dias

	31/12/2019	31/12/2018
A Vencer até 30 dias	52.267.683,25	52.979.935,22
De 31 a 60 dias	2.976.337,13	2.641.018,25
De 61 a 90 dias	65.418,57	60.622,30
Mais de 90 dias	1.385.035,94	1.904.700,04
<b>Cientes a vencer</b>	<b>56.694.474,89</b>	<b>57.586.275,81</b>

#### Total de clientes vencidos e a vencer

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Total de clientes vencidos e a vencer</b>	<b>70.121.846,82</b>	<b>79.136.362,81</b>

#### b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosos – PECLD

	31/12/2019	31/12/2018
PDD em 31/12/2018	-	7.411.209,55
Reversão no ano	-	(3.342.880,33)
<b>PDD em 31/12/2019</b>	<b>4.068.329,22</b>	<b>4.068.329,22</b>

São computados na formação da PECLD títulos em atraso, sob protesto ou cobrança judicial. O montante de R\$ 4.068.329,22 é considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas no recebimento de créditos. Ainda, seguindo o IFRS 9 (CPC 48), não há indicativos de alterações decorrentes de futuras perdas esperadas. No mês de dezembro de 2019 foi baixado da PECLD o valor de R\$ 5.759 mil referente a títulos de 5 (cinco) clientes com falência decretada, relativos a consumos de gás natural dos anos de 2005 a 2012, considerados como créditos de remotas possibilidades de recebimento por parte da Companhia. Tais clientes são BellaGres, Três Portos, Porcelana Del Porto, Westfalen do Brasil e Cerâmica Decorite.

### 6) Estoques

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2019	31/12/2018
Estoque de gás	550.943,01	471.506,24
Materiais de manutenção	3.867.374,53	3.477.396,92
Materias de conversão	1.824.006,32	1.642.387,57
Outros materiais	76.266,23	70.426,91
<b>Total dos estoques</b>	<b>6.318.590,09</b>	<b>5.661.717,64</b>

### 7) Despesas antecipadas

	31/12/2019	31/12/2018
Prêmios de seguros a apropriar	31.758,06	31.743,95
Assinaturas e anuidades	98.593,32	52.986,12
Licenças de software a apropriar	199.012,37	179.883,84
IPTU a apropriar	65.735,31	32.808,77
Demais apropriações	40.096,89	8.339,09
<b>Total das despesas antecipadas</b>	<b>435.195,95</b>	<b>305.761,77</b>

### 8) Outros ativos

	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento de férias	158.298,06	158.281,94
Vales refeição e transporte a apropriar	279.354,49	298.962,60
Outros adiantamentos de pessoal	3.249,63	3.151,19
Devoluções simbólicas de compra	476.196,51	2.626.972,00
Demais ativos	93.719,26	92.381,17
<b>Total dos outros ativos</b>	<b>1.010.817,95</b>	<b>3.179.748,90</b>

### 9) Garantia BNDES

Foi aberta conta reserva no Banrisul em novembro de 2015 no valor de R\$ 3,5 milhões, para cumprimento de cláusula do contrato

assinado junto ao BNDES em abril daquele ano. A partir de julho de 2017 (início da amortização do empréstimo), o valor a ser mantido na conta reserva passou a ser equivalente a 3 (três) vezes o valor da última amortização mensal e dos juros e outros encargos. Tendo em vista que o contrato de fornecimento de gás natural não foi renovado até o dia 22 de setembro de 2019, foram acrescidas naquele mês o valor equivalente a 9 (nove) parcelas mensais, totalizando 12 (doze) parcelas. No momento em que a Sulgás apresentar o novo contrato de fornecimento de gás natural ao BNDES, o valor a ser mantido na conta reserva volta a ser equivalente a 3 (três) parcelas, retornando o valor da diferença às disponibilidades da Companhia.

### 10) Ativos intangíveis

#### a) Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão

A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter ter direito ao total da infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados.

A empresa não reconhece margem na construção da infraestrutura.

Os intangíveis em andamento são mensurados ao custo e capitalizados à medida em que estão disponíveis para uso da concessão.

#### b) Contratos com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo gasodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados de acordo com o contrato de concessão.

#### c) Gastos subsequente

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### d) Amortização

Em consonância com o contrato de concessão, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear pela taxa de 10% ao ano a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia.

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Contas	Taxa Anual de Amortização	31/12/2019	31/12/2018
Gasoduto Gás Natural - Uruguiana	10%	2.658.860,96	2.658.860,96
Gasoduto Gás Natural	10%	378.868.495,68	349.468.427,04
Máquinas e Equipamentos Técnicos	10%	2.496.641,89	2.351.961,87
Materiais e Medidores Realocados	10%	874.248,74	1.069.070,43
Ferramentas	10%	149.008,76	149.008,76
Equipamentos de Segurança	10%	580.553,10	587.407,37
Estoque de Cilindros GNV	10%	16.906,07	17.357,97
Cilindros GNV	10%	400.510,15	400.058,25
Sistema Supervisório - Externo	10%	11.703.391,17	11.685.790,06
Sistema Supervisório - Interno	10%	332.084,56	338.597,93
Móveis e Utensílios	10%	1.380.753,82	1.169.857,57
Instalações	10%	1.847.772,88	1.782.624,77
Equipamentos de Escritórios	10%	457.540,71	311.006,01
Equipamentos Telefônicos	10%	621.022,80	617.429,80
Equipamentos Transmissores	10%	23.359,66	15.679,66
Equip Processamento de Dados	10%	4.050.261,76	3.599.747,02
Software	10%	9.092.135,55	6.579.140,05
Pesquisa e Desenvolvimento	10%	221.720,61	221.720,61
Direito de Uso - Arrendamentos	10%	9.819.638,51	0,00
Outros	10%	65.227,34	65.227,34
Imobilizado da Concessão em Andamento - Obras	-	7.029.106,69	5.557.904,51
Imobilizado da Concessão em Andamento - Estoques	-	4.799.831,23	4.747.618,14
(-) Amortização Acumulada	-	(266.282.239,90)	(238.326.741,28)
<b>Total</b>		<b>171.206.832,74</b>	<b>155.067.754,84</b>

Contas	31/12/2018	Aquisições	Amortizações	Baixas	Transferências	31/12/2019
Terrenos	147.400,00	0,00	-	(147.400,00)	-	0,00
Equipamentos e Instalações Operacionais	367.509.615,17	8.890.433,81	(16.436,32)	20.816.206,43	397.199.819,09	
Equipamentos e Instalações de Escritório	3.961.825,15	448.740,49	(14.888,43)	-	4.395.677,21	
Equipamentos para Processamento de Dados	10.178.887,07	3.350.324,20	(386.813,96)	-	13.142.397,31	
Imobilizado da Concessão em Andamento	11.596.768,73	22.003.578,22	-	(20.668.806,43)	12.931.540,52	
<b>Total do Custo</b>	<b>393.394.496,12</b>	<b>34.693.076,72</b>	<b>(418.138,71)</b>	<b>-</b>	<b>427.669.434,13</b>	
Direito de Uso - Arrendamentos	<b>0,00</b>	<b>9.819.638,51</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.819.638,51</b>	
(-) Amortização Acumulada	(238.326.741,28)	-	(28.372.922,44)	417.423,82	-	(266.282.239,90)
<b>Total Geral</b>	<b>155.067.754,84</b>	<b>44.512.715,23</b>	<b>(28.372.922,44)</b>	<b>(714,89)</b>	<b>-</b>	<b>171.206.832,74</b>

### 11) Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores de Gás Natural	104.654.829,16	99.911.432,80
Fornecedores de Frete de Gás Natural	859.956,41	913.498,52
Fornecedores de Materiais e Serviços Gasoduto	320.421,21	661.944,35
Fornecedores de Outros Materiais	244.813,80	289.787,21
Fornecedores de Serviços	2.751.876,89	1.765.159,79
<b>Total</b>	<b>108.831.897,47</b>	<b>103.541.822,67</b>

#### Detalhe - Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
A Vencer até 30 dias	74.449.175,90	67.015.291,74
De 31 a 60 dias	34.382.721,57	36.526.530,93
De 61 a 90 dias	-	-
Mais de 90 dias	-	-
<b>Fornecedores a Vencer</b>	<b>108.831.897,47</b>	<b>103.541.822,67</b>

### 12) Outros passivos

	31/12/2019	31/12/2018
PLR a pagar	1.968.577,18	1.595.952,49
Outras despesas de pessoal a pagar	230.430,93	125.611,62
Cretores diversos	783.862,03	1.134.659,37
Demais passivos	323.989,99	311.386,43
<b>Total dos outros passivos</b>	<b>3.306.860,13</b>	<b>3.167.609,91</b>

### 13) Financiamentos

A Companhia firmou contrato junto ao BNDES para o financiamento de 50% do portfólio de investimentos previstos para o quinquênio 2014-2018, às taxas SELIC + 2,48% ao ano (50% do valor previsto) e TJLP + 2,48% ao ano (50% do valor previsto). A data de assinatura do contrato foi 20 de abril de 2015 no valor total previsto de R\$ 138,2 milhões. No dia 26 de novembro de 2015 ocorreu o primeiro ingresso no valor de R\$ 38,8 milhões, referente a 50% dos investimentos financiáveis realizados pela Companhia no último quadrimestre de 2013, todo o ano de 2014 e os primeiros sete meses de 2015. No ano de 2016 houve ingressos de valores nos meses de abril, julho e outubro, totalizando R\$ 15,5 milhões, referentes a 50% dos investimentos financiáveis realizados pela Companhia no período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 2017 os ingressos ocorreram nos meses de fevereiro, junho, setembro e dezembro, totalizando R\$ 17,7 milhões, referentes a 50% dos investimentos financiáveis realizados pela companhia de agosto de 2016 a novembro de 2017. No mês de dezembro de 2017 ocorreu o primeiro ingresso, no valor de R\$ 369,3 mil, referente aos projetos sociais realizados pela companhia até o mês de novembro de 2017. Não ocorreram ingressos no ano de 2018. No mês de junho de 2019 ocorreu o último ingresso referente ao contrato, no valor de R\$ 15,9 milhões, relativo a 50% dos investimentos restantes pagos pela Companhia até o mês de dezembro de 2018, encerrando-se o período de subscrições. Todos os depósitos foram realizados no Banco do Estado do Rio Grande do Sul. O financiamento teve seu prazo de carência até junho de 2017, com pagamentos trimestrais de juros ocorridos nos dias quinze dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. Houve a abertura de uma conta garantia no valor de R\$ 3,5 milhões também junto ao Banrisul. A partir do mês de julho de 2017 os pagamentos passaram a ocorrer mensalmente (principal



# COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940 - 13º ANDAR  
PORTO ALEGRE - RS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.000.033.104



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

+ juros), nos dias quinze de cada mês, dando início ao período de amortização do principal que ocorrerá até dezembro de 2021. Os saldos em 31 de dezembro de 2019 referentes aos financiamentos são os seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Curto Prazo</b>		
BNDES I - TJLP	11.573.235,64	8.386.526,00
BNDES II - SELIC	11.237.196,19	8.081.826,74
BNDES III - TJLP Projetos Sociais	159.259,40	91.387,07
	<b>22.969.691,23</b>	<b>16.559.739,81</b>
<b>Longo Prazo</b>		
BNDES I - TJLP	11.573.235,61	16.773.052,06
BNDES II - SELIC	11.237.196,19	16.163.653,50
BNDES III - TJLP Projetos Sociais	159.259,39	182.774,15
	<b>22.969.691,19</b>	<b>33.119.479,71</b>

## 14) Benefícios a empregados

### Benefícios de curto prazo a empregados

Além da remuneração e demais vantagens previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, como por exemplo, periculosidade e horas extras, a Companhia oferece um conjunto de benefícios de curto prazo formalizados em acordo coletivo. São eles: Participação nos Lucros, Planos de Saúde e Odontológicos, Plano de Previdência complementar, Auxílio Creche, Auxílio Ensino Fundamental, Auxílio Educação, Auxílio Atividade Física, Vale Rancho, Vale Alimentação/Refeição, Vale Natal, Seguro de Vida, Auxílio Funeral, Auxílio ao Filho Excepcional, Auxílio Instrutor de Treinamento, Auxílio Despesa de Transferência, Complemento Auxílio Doença, Reembolso Anestesia. Tais benefícios quando ocorrem são reconhecidos no resultado seguindo o princípio de competência de acordo com o valor apurado ou por estimativas confiáveis.

### Planos de contribuição definida

O Plano SulgasPrev é um plano de benefícios previdenciários, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela Fundação Petrosbras de Seguridade Social - Petros (art. 1º do Regulamento do SulgasPrev):

#### I - Quanto aos Participantes:

- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda Proporcional Diferida;
- Renda de Aposentadoria por Invalidez;
- Abono Anual.

#### II - Quanto aos Beneficiários:

- Renda de Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Abono Anual.

### Participação nos Lucros ou Resultados

A participação dos empregados nos Lucros ou Resultados, conforme disposto na lei n.º 10.101/2000 e na política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração, ocorreu em acordo coletivo com os empregados e suas entidades sindicais, num montante de R\$ 3.392.198,26 (três milhões, trezentos e noventa e dois mil, cento e noventa e oito reais com vinte e seis centavos) relativo ao exercício findo em 2019, sendo que foram pagos em adiantamento R\$ 1.423.621,08 (um milhão, quatrocentos e vinte e três mil, seiscentos e vinte e um reais com oito centavos) em dezembro de 2019, assim restando R\$ 1.968.577,18 (um milhão, novecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e setenta e sete reais com dezoito centavos) a serem pagos em 2020.

## 15) Patrimônio líquido

### a) Capital social

O Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 81.186.711,84, representado por 21.562.644 ações ordinárias, todas de classe única sem valor nominal.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Capital Social
GOV. DO ESTADO DO RS	10.996.948	51%	41.405.223,04
GASPETRO	10.565.696	49%	39.781.488,80
	<b>21.562.644</b>	<b>100%</b>	<b>81.186.711,84</b>

### b) Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei n.º 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto da Companhia, até o limite de 20% do capital social. Em 31/12/2017 a Reserva Legal atingiu seu limite ao chegar no valor de R\$ 16.237.342,37.

### c) Reserva estatutária

Constituída para cumprimento da cláusula n.º 18.17 do Contrato de Promessa de Subscrição de Debêntures Simples em Emissão Privada e Outros Pactos, celebrado entre Sulgás e BNDES em 20 de abril de 2015. O saldo da Reserva Estatutária em 31/12/2019 é de 29.861.518,62.

### d) Reserva de lucros a realizar

Conforme decisão proferida pela AGOE realizada no dia 30/04/2019 e registrada pela ata n.º 117 foi constituída Reserva de Lucros a Realizar referente ao Ajuste a Valor Justo sobre a operações de Ship or Pay entre a Companhia (cliente) e a PETROBRÁS (fornecedora de gás natural para revenda).

### e) Lucro por ação

O Lucro por ação (R\$ por ação) da Companhia em 2019 e 2018 foram os seguintes:

Segmentos	Margem por segmento - 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro 2019						
	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Serviço	Total
Volumes m3 mil	7.017.841	14.127.983	424.488.524	98.632.982	102.094.590	160.626.236	806.988.157
Receita bruta	28.832.455,19	45.855.453,61	798.836.340,32	82.423.856,95	189.129.760,84	10.155.554,48	1.155.233.421,39
Deduções	(6.124.618,82)	(10.012.785,05)	(176.348.174,19)	(17.461.854,15)	(45.331.595,21)	(1.244.055,43)	(256.523.082,85)
Receita líquida	22.707.836,37	35.842.668,56	622.488.166,13	64.962.002,80	143.798.165,63	8.911.499,05	898.710.338,54
Custo	(8.890.289,83)	(17.471.170,92)	(506.107.373,90)	(59.978.233,86)	(121.700.941,14)	(308.168,48)	(714.456.178,13)
Resultado bruto	13.817.546,54	18.371.497,64	116.380.792,23	4.983.768,94	22.097.224,49	8.603.330,57	184.254.160,41
Despesa comerciais							(19.685.456,00)
Despesas gerais e administrativas							(55.003.313,21)
Outras receitas e despesas operacionais							9.451.172,79
Receita de construção							34.852.107,69
Custo de construção							(34.852.107,69)
Receitas financeiras							7.249.901,00
Despesas financeiras							(4.299.935,63)
Resultado financeiro líquido							2.949.965,37
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social							121.966.529,36
Imposto de renda e contribuição social							(39.248.134,49)
<b>Resultado líquido do exercício</b>							<b>82.718.394,87</b>
<b>Reconciliação LAJIDA</b>							
Resultado líquido do exercício							82.718.394,87
Imposto de renda e contribuição social							(39.248.134,49)
Resultado financeiro líquido							(2.949.965,37)
Amortizações							28.372.922,44
<b>LAJIDA</b>							<b>147.389.486,43</b>

## Lucro Líquido

### Quantidade de ações ordinárias

Lucro líquido básico diluído por ação ordinária

	2019	2018
Lucro Líquido	82.718.394,87	73.353.063,43
Quantidade de ações ordinárias	21.562.644	21.562.644
Lucro líquido básico diluído por ação ordinária	3,84	3,40

## 16) Dividendos e juros sobre o capital próprio

### a) Dividendos

O artigo 30 do Estatuto da Companhia garante aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado em termos da lei em cada exercício.

	31/12/2019	31/12/2018
<b>VALORES (R\$)</b>	<b>VALORES (R\$)</b>	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	82.718.394,87	73.353.063,43
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(6.036.843,80)	(6.447.036,78)
TOTAL DOS DIVIDENDOS A DISTRIBUIR	<b>76.681.551,07</b>	<b>66.906.026,65</b>

### Passivo circulante

DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GOV. ESTADO RS (25%)

DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GASPETRO (25%)

Total no passivo circulante

	31/12/2019	31/12/2018
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GOV. ESTADO RS (25%)	9.776.897,76	8.530.518,40
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GASPETRO (25%)	9.393.490,01	8.195.988,26
Total no passivo circulante	<b>19.170.387,77</b>	<b>16.726.506,66</b>

### Patrimônio líquido

DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS GOV. ESTADO RS

DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS GASPETRO

Total no patrimônio líquido

	31/12/2019	31/12/2018
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS GOV. ESTADO RS	29.330.693,28	25.591.555,19
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS GASPETRO	28.180.470,02	24.587.964,79
Total no patrimônio líquido	<b>57.511.163,30</b>	<b>50.179.519,99</b>

### Total dos dividendos

	31/12/2019	31/12/2018
Total dos dividendos	<b>76.681.551,07</b>	<b>66.906.026,65</b>

### b) Juros sobre o capital próprio

Em 31/12/2019, a Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio, apurado com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor bruto de R\$ 6.036.843,80 e distribuído conforme quadro abaixo:

JSCP por Acionista	Valor Bruto	IRRF	Valor Líquido
Estado Rio Grande do Sul - 51%	3.078.790,34	-	3.078.790,34
Petrobrás Gás S/A - 49%	2.958.053,46	443.708,02	2.514.345,44
<b>TOTAL</b>	<b>6.036.843,80</b>	<b>443.708,02</b>	<b>5.593.135,78</b>

O pagamento dos Juros sobre Capital Próprio gerou uma economia tributária de R\$ 2.052.526,89 para a Companhia.

## 17) Receita

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>RECEITA DE VENDAS DE GÁS</b>	<b>1.155.233.421,39</b>	<b>957.494.359,59</b>
RECEITA DE GÁS RESIDENCIAL	28.832.455,19	21.742.829,86
RECEITA DE GÁS COMERCIAL	45.855.453,61	34.715.691,22
RECEITA DE GÁS INDUSTRIAL	798.836.340,32	685.841.916,53
RECEITA DE GÁS COGERAÇÃO	81.159.829,31	64.141.212,62
RECEITA DE GÁS VEICULAR	189.129.760,84	142.091.837,49
RECEITA DE GÁS CLIMATIZAÇÃO	1.264.027,64	590.940,07
RECEITA DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO	10.155.554,48	8.369.931,80
( - ) DEDUÇÕES SOBRE RECEITA	<b>(256.523.082,85)</b>	<b>(211.989.701,78)</b>
DEVOLUÇÕES DE VENDA	(193.011,11)	(30.644,29)
DESCONTOS INCONDICIONAIS	(12.284.681,11)	(10.080.315,60)
PIS SOBRE VENDA DE GÁS	(18.606.042,26)	(15.565.795,28)
COFINS SOBRE VENDA DE GÁS	(85.672.159,60)	(71.698.565,75)
ICMS SOBRE VENDA DE GÁS	(139.462.522,14)	(114.363.282,92)
ISS SOBRE SERVIÇO	(304.666,63)	(251.097,94)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>898.710.338,54</b>	<b>745.504.657,81</b>

## 18) Informações por segmento

A administração analisa o desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por segmento de negócio. A Companhia não efetua análises de ativos por segmento para gestão dos negócios. Por fim, a definição de unidade geradora de caixa representando o menor ativo em uso que gera entradas de caixa, no contexto da A Companhia não pode ser segregada por segmento pois a mesma tubulação distribui gás para consumidores de segmentos diferentes.

A composição da margem por segmento é a seguinte:

Segmentos	Margem por segmento - 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro 2019						
	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Serviço	Total
Volumes m3 mil	7.017.841	14.127.983	424.488.524	98.632.982	102.094.590	160.626.236	806.988.157
Receita bruta	28.832.455,19	45.855.453,61	798.836.340,32	82.423.856,95	189.129.760,84	10.155.554,48	1.155.233.421,39
Deduções	(6.124.618,82)	(10.012.785,05)	(176.348.174,19)	(17.461.854,15)	(45.331.595,21)	(1.244.055,43)	(256.523.082,85)
Receita líquida	22.707.836,37	35.842.668,56	622.488.166,13	64.962.002,80	143.798.165,63	8.911.499,05	898.710.338,54
Custo	(8.890.289,83)	(17.471.170,92)	(506.107.373,90)	(59.978.233,86)	(121.700.941,14)	(308.168,48)	(714.456.178,13)
Resultado bruto	13.817.546,54	18.371.497,64	116.380.792,23	4.983.768,94	22.097.224,49	8.603.330,57	184.254.160,41
Despesa comerciais							(19.685.456,00)
Despesas gerais e administrativas							(55.003.313,21)
Outras receitas e despesas operacionais							9.451.172,79
Receita de construção							34.852.107,69
Custo de construção							(34.852.107,69)
Receitas financeiras							7.249.901,00
Despesas financeiras							(4.299.935,63)
Resultado financeiro líquido							2.949.965,37
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social							121.966.529,36
Imposto de renda e contribuição social							(39.248.134,49)
<b>Resultado líquido do exercício</b>							<b>82.718.394,87</b>
<b>Reconciliação LAJIDA</b>							
Resultado líquido do exercício							82.718.394,87
Imposto de renda e contribuição social							(39.248.134,49)
Resultado financeiro líquido							(2.949.965,37)
Amortizações							28.372.922,44
<b>LAJIDA</b>							<b>147.389.486,43</b>



# COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940 - 13º ANDAR  
PORTO ALEGRE - RS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.000.033.104



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

Segmentos	Margem por segmento - 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro 2018						Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Serviço	
Volumes m3 mil	6.267.599	12.937.085	432.848.001	83.693.918	90.601.728	131.436.312	757.784.643
Receita bruta	21.742.829,86	34.715.691,22	685.841.916,53	64.732.152,69	142.091.837,49	8.369.931,80	957.494.359,59
Deduções	(4.644.688,51)	(7.732.776,10)	(151.666.124,32)	(13.755.582,54)	(33.165.213,69)	(1.025.316,62)	(211.989.701,78)
Receita líquida	17.098.141,35	26.982.915,12	534.175.792,21	50.976.570,15	108.926.623,80	7.344.615,18	745.504.657,81
Custo	(7.071.718,02)	(14.104.805,00)	(450.626.875,39)	(46.720.328,05)	(94.998.142,17)	(299.810,08)	(613.821.678,72)
Resultado bruto	10.026.423,33	12.878.110,12	83.548.916,82	4.256.242,10	13.928.481,63	7.044.805,10	131.682.979,09
Despesa comerciais							(11.051.514,11)
Despesas gerais e administrativas							(56.367.840,73)
Outras receitas e despesas operacionais							14.274.422,98
Receita de construção							22.060.529,51
Custo de construção							(22.060.529,51)
Receitas financeiras							27.896.129,86
Despesas financeiras							(6.953.831,60)
Resultado financeiro líquido							20.942.298,26
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social							99.480.345,49
Imposto de renda e contribuição social							(26.127.282,06)
<b>Resultado líquido do exercício</b>							<b>73.353.063,43</b>
<b>Reconciliação LAJIDA</b>							
Resultado líquido do exercício							73.353.063,43
Imposto de renda e contribuição social							26.127.282,06
Resultado financeiro líquido							(20.942.298,26)
Amortizações							25.437.264,08
<b>LAJIDA</b>							<b>103.975.311,31</b>

## 19) Impostos e contribuições sociais

Conforme quadros abaixo, a companhia registra impostos e contribuições a compensar e a recolher. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

### a) Impostos e contribuições diferidos

Ativo Não Circulante	31/12/2019	31/12/2018
<b>IRPJ e CSLL Diferido sobre:</b>		
Provisão Devedores Duvidosos	4.068.329,22	7.411.209,55
Provisões Cíveis e Trabalhistas	777.712,39	377.859,54
<b>Base de Cálculo</b>	<b>4.846.041,61</b>	<b>7.789.069,09</b>
<b>Impostos Diferidos (34% IRPJ e CSLL)</b>	<b>1.647.654,15</b>	<b>2.648.283,49</b>

Passivo Não Circulante	31/12/2019	31/12/2018
<b>IRPJ e CSLL Diferido sobre:</b>		
Depreciação Acelerada	23.836.718,06	24.816.311,39
<b>Base de Cálculo</b>	<b>23.836.718,06</b>	<b>24.816.311,39</b>
<b>Impostos Diferidos (34% IRPJ e CSLL)</b>	<b>8.104.484,14</b>	<b>8.437.545,87</b>

### b) Impostos e contribuições sociais a compensar

Ativo Circulante	31/12/2019	31/12/2018
ICMS a compensar	788.398,10	787.923,54
Imposto de renda e contribuição social (retenções)	86.408,13	71.252,79
Imposto de renda e contribuição social (saldo negativo)	561.932,59	1.234.621,68
PIS/COFINS a compensar	1.314.841,97	973.220,87
<b>TOTAL</b>	<b>2.751.580,79</b>	<b>3.067.018,88</b>

Ativo Não Circulante	31/12/2019	31/12/2018
ICMS a compensar	895.380,99	750.773,90
PIS/COFINS a compensar	9.092.884,61	7.200.563,90
IR/CSLL diferidos	1.647.654,14	2.648.283,49
<b>TOTAL</b>	<b>11.635.919,74</b>	<b>10.599.621,29</b>

### c) Impostos e contribuições sociais a recolher

Passivo Circulante	31/12/2019	31/12/2018
ICMS	1.230.861,66	505.772,15
COFINS	1.522.569,20	1.549.520,59
PIS	329.686,12	335.287,77
Outras Obrigações	1.223.990,48	1.228.233,03
<b>TOTAL</b>	<b>4.307.107,46</b>	<b>3.618.813,54</b>

### d) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes dos impostos	121.966.529,36	99.480.345,49
<b>Adições:</b>		
Provisões trabalhistas	241.004,26	962.699,92
Provisões cíveis	173.126,26	40.708,90
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	1.391.311,48	2.145.344,08
Participação dos administradores	34.232,14	66.211,67
Incentivos estaduais e federais	2.285.765,05	1.377.250,61
Reversão depreciação acelerada	979.591,24	979.591,24
PECLD fiscal	5.411.601,21	6.366.042,94
Outras despesas não dedutíveis	55.767,36	623.735,54
<b>Total das adições</b>	<b>10.572.399,00</b>	<b>12.561.584,90</b>
<b>Exclusões:</b>		
Reversão de provisões	4.778.039,36	2.410.770,06
Juros sobre capital próprio	6.036.843,80	6.447.036,78
Ajuste a valor justo	1.087.892,93	6.932.908,89
PECLD fiscal	-	6.737.135,09
<b>Total das exclusões</b>	<b>11.902.776,09</b>	<b>22.527.850,81</b>
<b>Base de cálculo da CSLL e IRPJ:</b>	<b>120.636.152,27</b>	<b>89.514.079,58</b>
<b>Cálculo da Contribuição Social</b>		
<b>Alíquota de 9%</b>	<b>10.854.172,81</b>	<b>8.050.308,11</b>
CSLL diferida sobre provisões	264.872,48	22.711,79
Recuperação fiscal anos anteriores	(89.974,00)	(2.893.125,71)
CSLL diferida sobre depreciação acelerada	(88.163,16)	2.233.468,03
<b>Contribuição social do exercício</b>	<b>10.940.908,13</b>	<b>7.413.362,22</b>
<b>Cálculo do Imposto de Renda</b>		
<b>Alíquota de 15%</b>	<b>18.095.422,84</b>	<b>13.427.111,94</b>
<b>Adicional de 10% (menos parcela isenta de R\$ 240.000,00)</b>	<b>12.039.615,23</b>	<b>8.927.407,96</b>
Incentivos federais aproveitados no exercício	(2.071.741,36)	(1.730.974,16)
IRPJ diferido sobre provisões	735.756,87	63.088,31
Recuperação fiscal anos anteriores	(246.928,63)	(8.176.792,04)
IRPJ diferido sobre depreciação acelerada	(244.898,58)	6.204.077,85
<b>Imposto de renda do exercício</b>	<b>28.307.226,36</b>	<b>18.713.919,85</b>
<b>Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>32,18%</b>	<b>26,26%</b>

## 20) Provisões para contingência

A provisão para contingências foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa, datado de 31/12/2019, onde classifica os processos judiciais conforme o risco de perda (remota perda, possível perda ou provável perda).

O termo provável em relação a possível indica que há maior probabilidade de o fato ocorrer. Geralmente, em um processo, cujo prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação, como por exemplo: a tendência jurisprudencial dos tribunais ou a tese já apreciada em tribunais superiores para questões que envolvam matéria de direito, e a produção ou a facilidade de se dispor de provas (documental, testemunhal - principalmente em questões trabalhistas - ou periciais) para questões que envolvam matéria de fato. Os processos considerados como provável perda são provisionados no passivo. Por sua vez, se o prognóstico for possível perda, esta pode acontecer; todavia, esse prognóstico não foi, necessariamente, fundamentado em elementos ou dados que permitam tal informação. Ou, ainda, em um prognóstico possível, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo. Os processos classificados como de possível perda não são provisionados, mas tem seus totais mencionados nesta nota explicativa. Por fim, a perda classificada como remota, como o próprio nome diz, remotamente trará perdas ou prejuízos para a entidade, ou são insignificantes as chances de que existam perdas. Os processos avaliados como de remota perda não são provisionados e nem destacados em nota explicativa.

A companhia também provisiona futuros pagamentos de honorários sucumbenciais nos processos judiciais onde é parte autora e são classificados como remota ganho.

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Processos com possível perda (não provisionados)	1.859.592,09	3.155.241,63	5.014.833,72
Processos com provável perda (provisionados)	178.497,13	594.948,34	773.445,47
Processos com remoto ganho (provisionados)	4.266,92	-	4.266,92
<b>TOTAL</b>	<b>2.042.356,14</b>	<b>3.750.189,97</b>	<b>5.792.546,11</b>

A provisão é revisada e formada com base na evolução dos processos que são classificados como provável perda:

	Saldo Final 31/12/2018	Reversões 31/12/2019	Adições 31/12/2019	Saldo Final 31/12/2019
Provisões trabalhistas	353.944,08	(29.569,88)	270.574,14	594.948,34
Provisões cíveis	23.915,46	(14.277,67)	173.126,26	182.764,05
<b>TOTAL</b>	<b>377.859,54</b>	<b>(43.847,55)</b>	<b>443.700,40</b>	<b>777.712,39</b>

## 21) Transações com partes relacionadas

### a) A Companhia mantém operações comerciais de compra e venda de gás natural com o grupo Petrobras S/A.:

Composição dos Saldos	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber Petrobras	7.922.018,48	7.042.399,81
<b>Ativo não circulante</b>		
Ship or pay	42.627.255,62	44.529.297,31
<b>Passivo circulante</b>		
Fornecedor de gás - Petrobras	104.654.829,16	99.911.432,80
Pessoal cedido	79.497,60	-
<b>Composição dos saldos</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Receitas com partes relacionadas</b>		
Petrobras S/A	138.396.856,48	121.501.248,00
<b>Compra de Gás Natural</b>		
Petróleo brasileiro S/A	860.747.718,74	726.518.508,15

### b) Remuneração e benefícios – Diretores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	31/12/2019	31/12/2018
Administradores	249.216,69	292.514,85
Conselho de administração	202.764,80	183.321,60
Conselho fiscal	74.994,84	74.994,84
<b>Total</b>	<b>526.976,33</b>	<b>550.831,29</b>

## 22) Despesas por natureza

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	31/12/2019	31/12/2018
Compra de gás e demais insumos	(679.400.826,80)	(579.524.331,28)
Custos de operação e manutenção da rede	(9.632.813,67)	(10.034.508,17)
Amortização operacional	(25.422.537,66)	(24.262.839,27)
Amortização administrativa	(1.421.509,62)	(1.174.424,81)
Despesas com materiais e serviços	(27.418.077,79)	(25.364.547,75)
Despesas com pessoal	(39.239.168,34)	(38.779.062,06)
Despesas tributárias	(850.881,92)	(2.101.320,22)
Perda no recebimento de créditos	(5.759.131,54)	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	3.342.880,33	(163.114,36)
Outras receitas e despesas operacionais	6.108.292,46	14.437.537,34
<b>Total</b>	<b>(779.693.774,55)</b>	<b>(666.966.610,58)</b>
<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	
<b>Classificadas como:</b>		
Custo dos produtos vendidos	(714.456.178,13)	(613.821.678,72)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(61.845.398,16)	(50.115.025,19)
Participação nos lucros ou resultados	(3.392.198,26)	(3.029.906,67)
<b>Total</b>	<b>(779.693.774,55)</b>	<b>(666.966.610,58)</b>



# COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940 - 13º ANDAR  
PORTO ALEGRE - RS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.000.033.104



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

## 23) Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia apresenta a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicações financeiras	4.984.278,95	5.320.888,06
Descontos obtidos	183.767,24	213.844,77
Juros recebidos	699.398,07	1.111.602,65
Multa contratual	305.383,09	167.920,72
Variação monetária ativa	1.077.073,65	21.081.873,66
<b>Total</b>	<b>7.249.901,00</b>	<b>27.896.129,86</b>
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Descontos concedidos	(139.599,34)	(88.279,75)
Despesas bancárias	(126.951,92)	(108.852,94)
Juros pagos	(1.667,00)	(53.701,68)
Juros sobre empréstimos	(3.967.316,42)	(4.950.432,94)
Multa por atraso de pagamento	(15.229,34)	(56.676,22)
Variação monetária passiva	(49.171,61)	(1.695.888,07)
<b>Total</b>	<b>(4.299.935,63)</b>	<b>(6.953.831,60)</b>

## 24) Seguros

A Companhia possui a cobertura pelos principais seguros:

SEGURADORA	TIPO DE SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR	COBERTURA
Ace Seguradora	Responsabilidade civil	até agosto/2020	R\$ 40.324,08	R\$ 5.000.000,00
Gente Seguradora	Patrimonial	até maio/2020	R\$ 4.922,77	R\$ 4.115.000,00

Há também seguros prediais que estão vinculados aos contratos de locação dos imóveis, bem como seguros automotivo decorrentes do IPVA.

## 25) Créditos (ativo) e débitos (passivo) nas operações de venda e aquisição de gás

O *ship or pay* é cláusula contratual de transporte de gás natural, segundo a qual a concessionária para quem está sendo feito o transporte está obrigada a pagar pelo serviço, mesmo no caso do gás não ser transportado. A Companhia na condição de cliente do fornecedor PETROBRAS, tem registrado em seu ativo, em 31/12/2019, o valor de R\$ 34.606.453,80 a título de *ship or pay*, correspondente a quantidade de 164.648 mil m³ de gás natural, passível de recuperação por parte da Companhia até o ano de 2021. No ano de 2019 ocorreu a recuperação de 15.339 mil m³ de gás natural. Com base no IFRS 9 (CPC 48), relativo a Instrumentos Financeiros, este valor foi acrescido do ajuste a valor justo em R\$ 8.020.801,82, totalizando o montante de R\$ 42.627.255,62. Já nos contratos de venda de gás natural firmados entre a Companhia e seus clientes, estão estabelecidos compromissos de retiradas de gás natural chamados de *take or pay* que é cláusula contratual que estabelece a regra de que o cliente está obrigado a consumir determinado volume de gás junto ao fornecedor Sulgás, sendo que, se consumir volume inferior ao contratado, deverá pagar penalidade que poderá ser recuperada nos prazos previstos em contrato. Até 31/12/2019, o registro no passivo desses valores somam R\$ 11.320.438,19.

## 26) Gerenciamento de risco de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposições para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito:** Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Sulgás. O risco com clientes é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes sólida. O gerenciamento das contas a receber é realizado através da identificação dos recebimentos, detectando possibilidades de inadimplência e suspendendo o fornecimento de gás caso ela ocorra, e implementando políticas específicas de cobrança atreladas a garantias reais, sempre que possível.

- Risco de mercado:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido.

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar queda significativa nas suas margens decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) do custo sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes, quando possível.

- Risco de liquidez:** Risco de liquidez é inerente a descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamentos da Companhia. A Sulgás administra o risco de liquidez através de premissas de recebimentos e desembolsos monitoradas diariamente pela área financeira, mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha, além da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos.

## 27) Receitas e custos de construção

Conforme preceitua o CPC 17, bem como a ICPC 01 e a OCPC 05 a Sulgás reconhece as seguintes Receitas e Custos de Construção:

	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	34.852.107,69	22.060.529,51
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	34.852.107,69	22.060.529,51
<b>MARGEM</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 28) Operações de arrendamento mercantil - IFRS 16 (CPC 06 R2)

A IFRS 16 entrou em vigor para períodos anuais com início em 2019 em substituição ao IAS 17 (Arrendamento - CPC06), IFRIC 4 (Determinar se um acordo contém uma locação - ICPC 03), SIC 15 (Locações Operacionais-Incentivos - ICPC 03) E SIC 27 (Avaliação da Essência de Transações Envolvendo a Forma Legal de um Arrendamento (ICPC 03).

A Companhia arrenda imóveis, veículos e equipamentos, sendo que serão reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e o custo financeiro.

A adoção inicial deste pronunciamento alcança os ativos arrendados em contratos com vigência superior a 12 meses e com valores individuais por objeto superiores a U\$ 5.000,00 (cinco mil dólares).

O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é amortizado durante a vida útil mais curta do ativo e o prazo do arrendamento pelo método linear.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados com base no valor presente.

Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado.

O impacto estimado para posição patrimonial em 1º de janeiro de 2019 está demonstrado na coluna Previsão em 31/12/18 (abaixo), bem como os valores efetivamente apurados em 01/01/2019 e 31/12/2019 são os seguintes:

	31/12/2019	01/01/2019	Previsão em 31/12/18
<b>Ativo</b>			
Ativos de direitos uso	9.819.638,51	8.430.903,55	8.372.555,85
Amortização de direitos de uso	(1.528.875,16)	-	-
<b>Passivo</b>			
Arrendamento Mercantil	8.290.763,35	8.430.903,55	8.372.555,85
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 29) Eventos subsequentes

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás, avaliou os eventos subsequentes até 05 de março de 2020, que é a data da autorização de conclusão das demonstrações contábeis pela Diretoria da empresa, não evidenciando fato subsequente que afetasse as Demonstrações Contábeis de 31/12/2019.

Antonio Rafael Cereser Pezzella  
Diretor-Presidente

Walter Fernando Piazza Junior  
Diretor Técnico-Comercial

Alex Dornelles da Silva  
Contador CRCRS n.º 64077

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas da  
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS  
Porto Alegre - RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros Assuntos

As demonstrações financeiras da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 13 de março de 2019 sem ressalvas.

### Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na

elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 5 de março de 2020.

Crowe Consult Auditores Independentes  
CRC PR002906/O

João Henrique Sperling Lubisco  
Contador - CRC-RS067.188/O

Paulo Sergio da Silva  
Contador - CRC PR029.121/O-0

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos dezesseis dias do mês abril de dois mil e vinte, às quatorze horas, na sede social da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS situada na Av. Loureiro da Silva, nº 1940, 13º andar, Bairro Cidade Baixa, Edifício Duo Concept Office Porto Alegre - RS, CEP 90.050-240, realizou-se a Reunião do Conselho Fiscal, através de videoconferência, da Companhia para examinar o Relatório anual da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Examinados todos os documentos acima citados e em face das informações prestadas pela Diretoria de Administração e Finanças da Companhia e do Parecer elaborado pela Crowe Consultoria Empresarial, emitido sem ressalvas, decidiu o Conselho Fiscal exarar o seguinte parecer:

### PARECER

- Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS procederam ao exame do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e, com base no Parecer dos Auditores Independentes elaborado pela Crowe Consultoria Empresarial, emitido sem ressalvas, datado de 05 de março de 2020, concluem que as referidas Demonstrações Financeiras obedecem aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, opinando favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.
- Adicionalmente o Conselho Fiscal opina favoravelmente a proposta encaminhada pelo Conselho de Administração para a Assembleia Geral Ordinária, através das Atas da 230ª RCA, realizada em 19 de março de 2020 e da Ata da 232ª RCA, realizada em 16 de abril de 2020, referente à destinação do Lucro Líquido do exercício conforme segue:
  - Lucro Líquido do exercício após as participações no valor de R\$ 82.718.394,87 (oitenta e dois milhões, setecentos e dezoito mil, trezentos e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos); 2.2) Não houve Constituição da Reserva Legal da Companhia, pois o limite de constituição de 20% do capital social foi atingido no exercício de 2019; 2.3) Juros Sobre Capital Próprio, no valor de R\$ 6.036.843,80 (seis milhões, trinta e seis mil, oitocentos e quarenta e três reais e oitenta centavos); 2.4) Proposição de aumento da Reserva de Lucros a realizar no valor de R\$ 1.087.892,93 (um milhão, oitenta e sete mil, oitocentos e noventa e dois reais e nove centavos), totalizando R\$ 8.020.801,82 (oito milhões, vinte mil, oitocentos e um reais e oitenta e dois centavos), referente à atualização a valor justo dos créditos de Ship or Pay - SOP, com base no art. nº 197, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.404/1976; 2.5) Distribuição de Dividendos no valor de R\$ 75.593.658,14 (setenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e três mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e quatorze centavos), sendo: i) 50%, no valor de R\$ 37.796.829,07 (trinta e sete milhões, setecentos e trinta e nove reais e nove centavos), com previsão de serem pagos até o mês de dezembro de 2020, mediante reavaliação do cenário a partir do momento em que se tiver maior visibilidade acerca do impacto do coronavírus (covid-19); ii) o restante de 50%, no valor de R\$ 37.796.829,07 (trinta e sete milhões, setecentos e noventa e seis mil reais, oitocentos e vinte e nove reais e sete centavos), observadas e superadas as restrições constantes na Cláusula 18.17 do contrato firmado entre BNDES, BNDESPAR e SULGÁS, até o mês de dezembro de 2020, mediante reavaliação do cenário a partir do momento em que se tiver maior visibilidade acerca do impacto do coronavírus (covid-19), e sendo observada a disponibilidade financeira da Companhia. Porto Alegre, 16 de abril de 2020.

Marcelo Spilki  
Membro do Conselho

Jeferson Godinho Dutra  
Membro do Conselho

Marcio Musso de Góes  
Membro do Conselho

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Tiago Alves Pinto de Lemos - Presidente do Conselho

Conselheiros:

Antônio Rafael Cereser Pezzella

Guilherme de Souza

Sandra Berto

Anderson Gil Ramos Bastos

Luis Felipe Espírito Basso Poli

André Ricardo Milke

Diretoria Executiva:

Antonio Rafael Cereser Pezzella - Diretor-Presidente

Antonio Rafael Cereser Pezzella - Diretor Administrativo e Financeiro interino)

Walter Fernando Piazza Júnior - Diretor Técnico-Comercial